



## **Alunos com deficiência física no ensino médio: análise da acessibilidade em uma escola pública**

**Students with physical disability in high school: analysis of accessibility in a public school**

**Estudiantes con discapacidad física en secundaria: análisis de la accesibilidad en una escuela pública**

**\*Eli Carlos de Sousa Alencar<sup>1</sup>, \*\*Débora Deliberato<sup>2</sup>**

\*Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), Curionópolis-PA, Brasil

\*\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

### **Resumo**

A seguinte investigação apresentou como objetivo analisar as condições de acessibilidade físico-arquitetônicas de uma escola estadual de ensino médio, em um município do interior do estado do Pará, para alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Sua execução se deu com base na análise dos fatores que dificultam a eficiência e eficácia da acessibilidade física, para o atendimento e inclusão desse crescente público de alunos. Nesse sentido, foram descritos e analisados os principais obstáculos que podem comprometer e, por consequência, pôr em risco a adequada inclusão dentro do contexto escolar. Para atingir os objetivos propostos optou-se pela realização de um estudo descritivo, realizado a partir do método de pesquisa qualitativo. Para coleta de dados foram utilizados, além de um Protocolo de Avaliação de Acessibilidade em Escolas, entrevistas semiestruturadas e um diário de campo do pesquisador. A análise dos dados advindos das entrevistas permitiu estabelecer as categorias e subcategorias de análise, necessárias para definir as características e o nível de acessibilidade das escolas investigadas. Foram analisadas também as dificuldades para o uso de equipamentos e mobiliários do ambiente escolar, por alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Já a aplicação do protocolo permitiu estabelecer tecnicamente, com base nas atuais normas, o nível de acessibilidade físico-arquitetônica de escola. Como conclusão, o estudo demonstrou que a escola estudada não apresenta estrutura físico-arquitetônica, de equipamento e mobiliários adequada dentro das recomendações e exigências prescritas em normas técnicas vigentes e na legislação mais recente sobre acessibilidade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidad de la Empresa/Montevidео/Uruguay e professor de Geografia do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Pará - SEDUC/PA. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-3293-0184> E-mail: [eli.alencar@escola.seduc.pa.gov.br](mailto:eli.alencar@escola.seduc.pa.gov.br).

<sup>2</sup> Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do CNPq. Livre-docente em Comunicação Aumentativa e Alternativa. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-4756-042X> E-mail: [debora.deliberato@ufrn.br](mailto:debora.deliberato@ufrn.br).

### Abstract

The following research aimed to analyze the physical-architectural accessibility conditions of a state secondary school, in a municipality in the interior of the state of Pará, for students with physical disabilities or reduced mobility. Its execution was based on the analysis of the factors that hinder the efficiency and effectiveness of physical accessibility, to serve and include this growing population of students. In this sense, the main obstacles that could compromise and, consequently, put at risk adequate inclusion within the school context were described and analyzed. To achieve the proposed objectives, it was decided to carry out a descriptive study, carried out using the qualitative research method. For data collection, in addition to an Accessibility Evaluation Protocol in Schools, semi-structured interviews and the researcher's field diary were used. The analysis of the interview data made it possible to establish the analysis categories and subcategories necessary to define the characteristics and level of accessibility of the schools investigated. Difficulties in the use of equipment and furniture in the school environment for students with physical disabilities or reduced mobility were also analyzed. The application of the protocol made it possible to technically establish, based on current standards, the level of physical-architectural accessibility of the school. In conclusion, the study showed that the school studied does not have an adequate physical-architectural structure, equipment and furniture within the recommendations and requirements prescribed in the current technical standards and in the most recent legislation on accessibility.

### Resumen

La siguiente investigación tuvo como objetivo analizar las condiciones de accesibilidad físico-arquitectónica de una escuela secundaria estatal, en un municipio del interior del estado de Pará, para estudiantes con discapacidad física o movilidad reducida. Su ejecución se basó en el análisis de los factores que obstaculizan la eficiencia y eficacia de la accesibilidad física, para atender e incluir a esta creciente población de estudiantes. En este sentido, se describieron y analizaron los principales obstáculos que podrían comprometer y, en consecuencia, poner en riesgo una adecuada inclusión dentro del contexto escolar. Para lograr los objetivos propuestos, se decidió realizar un estudio descriptivo, realizado mediante el método de investigación cualitativa. Para la recolección de datos, además de un Protocolo de Evaluación de Accesibilidad en las Escuelas, se utilizaron entrevistas semiestructuradas y el diario de campo del investigador. El análisis de los datos de las entrevistas permitió establecer las categorías y subcategorías de análisis necesarias para definir las características y el nivel de accesibilidad de las escuelas investigadas. También se analizaron las dificultades en el uso de equipos y mobiliario en el entorno escolar para estudiantes con discapacidad física o movilidad reducida. La aplicación del protocolo permitió establecer técnicamente, con base en las normas vigentes, el nivel de accesibilidad físico-arquitectónica del colegio. En conclusión, el estudio demostró que el colegio estudiado no cuenta con una estructura físico-arquitectónica, equipamiento y mobiliario adecuado dentro de las recomendaciones y requisitos prescritos en las normas técnicas vigentes y en la legislación más reciente en materia de accesibilidad.

**Palavras-Chave:** Educação Especial, Inclusão, Alunos com deficiência física, Acessibilidade física.

**Keywords:** Special education, Inclusion, Students with physical disabilities, Physical accessibility.

**Palabras clave:** Educación Especial, Inclusión, Estudiantes con discapacidad física, Accesibilidad física.

## 1. Introdução

As condições de acessibilidade física e arquitetônica em escolas, de maneira mais geral, podem se apresentar como ineficientes para o adequado atendimento aos alunos que apresentem algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida (Manzini, 2006a), sejam permanentes ou temporárias. Tal fato pode ser explicado pelas barreiras físico-arquitetônicas e de mobiliários/equipamentos (Piovezanni; Rocha; Braccialli, 2014) que caracterizam os ambientes escolares, pela ineficiente formação inicial e continuada dos profissionais da escola (Honorino; Carvalho; Almeida, 2017; Araújo *et al.*, 2013) ou mesmo pela ineficaz aplicação das políticas públicas estabelecidas para fins de acessibilidade (Manzini, 2006b).

Além desses fatores, contribuem ainda para isso o momento de construção das escolas, visto que grande parte delas foi erguida em um período em que o paradigma da educação alinhado à inclusão e a difusão da filosofia do Desenho Universal não eram uma realidade na elaboração de projetos de edifícios escolares no Brasil (Carletto; Cambiaghi, 2016; São Paulo, 2010). Outro fator importante pode ser considerado o fato desses projetos não terem considerado a possibilidade de matrícula de alunos com deficiência nessas unidades de ensino (Manzini, 2006b).

Apenas nas últimas décadas, principalmente a partir da Declaração de Salamanca, documento estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na cidade espanhola de Salamanca, em 1994 (Brasil, 1994; Menezes, 2001), as políticas de acessibilidade em escolas ganharam mais relevância e destaque. Nesse contexto, à proporção que cresceram as preocupações em atender as dificuldades das pessoas com deficiência, passou a crescer junto a isso o interesse para a construção de escolas dotadas de maior nível de acessibilidade (Oliveira, 2016), embora essa realidade ainda esteja muito aquém daquilo que se pode reconhecer como ideal.

Especificamente sobre este estudo, a sua execução derivou-se de investigação para o desenvolvimento de dissertação de mestrado. Em seus desdobramentos, a pesquisa permitiu o desenvolvimento deste artigo apresentando como objetivo analisar as condições de acessibilidade físico-arquitetônicas apresentadas por uma escola estadual de ensino médio, em um município do interior do estado do Pará, para alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

A sua realização justifica-se pela importância apresentada pela correta acessibilidade físico-arquitetônica de uma escola para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Isto porque o adequado nível de acessibilidade possibilita que alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida participem de maneira mais efetiva das atividades integrantes da rotina escolar. Permite ainda a construção de uma realidade na qual a diversidade seja respeitada e o ensino e a aprendizagem sejam significativos e possíveis para todos.

## 2. Método e material

Para a produção deste trabalho optou-se pela realização de uma investigação descritiva (Vergara, 2000), como meio para atingir seu objetivo. Cervo, Bervian e da Silva (2007), consideram que esse tipo de estudo permite

a observação, o registro, a análise e o correlacionamento dos fatos ou fenômenos sem que estes sofram algum tipo de manipulação. Com isso, é possível ir para além da simples identificação de relações entre as variáveis, com a determinação do tipo de natureza que possa existir entre estas. Isso permite resultados mais fiéis e descobertas em relação à frequência com que ocorre determinado fenômeno, a sua relação com outros, assim como suas características mais marcantes (Vergara, 2000).

Como abordagem metodológica elegeu-se a qualitativa. Essa escolha explica-se pelo fato desse tipo de abordagem possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos estudados com base nas perspectivas dos próprios participantes. Otimiza-se com isso a análise de suas opiniões, de seus valores e de seus pontos de vista em um ambiente natural e diretamente relacionado ao contexto e aos lugares por eles vivenciados e nos quais estão diretamente envolvidos (Sampieiri; Callado; Lucio, 2010).

O estudo foi realizado entre junho e dezembro de 2019 e seguiu os princípios éticos para o desenvolvimento de estudos com seres humanos, seguindo a Resolução 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e aprovado pelo parecer de número 3.106.100/2019.

## 2.1 Coleta de dados

Como instrumentos para a coleta dos dados foram utilizados neste estudo entrevistas semiestruturadas (May, 2004; Manzini, 2006), um Protocolo de Avaliação de Acessibilidade em Escolas – PAAE, (Audi; Manzini, 2006b) e um diário de campo do pesquisador (Araújo, *et al.*, 2013; Falkembach, 1987).

Sobre a opção pela utilização da entrevista semiestruturada, esta se deu pelo fato desse tipo de entrevista permitir com que os atores entrevistados respondam dentro de seus próprios termos (May, 2004), podendo as informações emergirem de maneira livre e com respostas que não estão condicionadas a um padrão rígido de alternativas (Manzini, 2006b; Trivinos, 1987).

Na utilização desse instrumento foram elaborados roteiros de entrevista obedecendo as particularidades de cada grupo de participantes: alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida, professores, coordenadores/orientadores pedagógicos e respectivo diretor da escola, totalizando quatro roteiros distintos. A produção desses roteiros seguiu, como regra de construção, a proposta de responder ao objetivo de pesquisa. Com essa finalidade, após produção inicial dos roteiros, estes foram enviados para duas profissionais de alta qualificação acadêmica, que desempenharam o papel de juízas, avaliando cada um dos roteiros propostos. Após avaliação e consequente devolução desses roteiros pela banca julgadora, estes foram revistos e reorganizados, seguindo as sugestões apontadas pelas juízas em questão.

Para efetuar a análise das informações obtidas a partir das entrevistas semiestruturadas, as informações verbais passaram por processo de transcrição, ação essa realizada pelo próprio pesquisador. A transcrição das entrevistas semiestruturadas foi realizada seguindo normas e dicas listadas por Marcuschi (1986).

Em relação ao PAAE, este corresponde a uma ferramenta de coleta de dados (Audi; Manzini, 2006), que permitiu agrupar as informações presentes

nas normas técnicas convencionadas em todo o Brasil (ABNT, 2004), permitindo uma avaliação completa do nível de acessibilidade físico-arquitetônica apresentado pela escola estudada. Já em relação ao Diário de campo, este foi escolhido por captar as informações que não fazem parte das entrevistas formais elaboradas para o estudo (Minayo, 1993).

## **2.2 Seleção dos participantes**

Foram selecionados como participantes neste estudo alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida, regularmente matriculados em uma escola estadual de ensino médio, de um município do interior do estado do Pará. Também fizeram parte da amostra, profissionais dessa escola que atuam diretamente com alunos que apresentam deficiência física ou mobilidade reduzida: professores, coordenadores/orientadores pedagógicos e diretores das escolas.

### **2.2.1 Processo de seleção dos participantes**

A escola estudada foi escolhida por ter sido, dentre as duas unidades de ensino médio desse município, construída já neste século XXI. Portanto, teve sua construção realizada em um período onde as discussões sobre acessibilidade em escolas já era algo mais forte e presente na sociedade atual.

O processo de seleção dos alunos participantes foi realizado inicialmente a partir da identificação destes e de suas deficiências. Foram listados e caracterizados os alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida regularmente matriculados no ano letivo de 2018.

A partir da verificação da documentação de matrícula e da análise de laudos médicos contidos em algumas das pastas, foram identificados os alunos e suas respectivas deficiências. Os estudantes que não apresentaram laudo médico atestando o tipo de deficiência, foram identificados após fundamental auxílio prestado ao pesquisador pelos coordenadores/orientadores pedagógicos da escola. Foram matriculados em 2018, seis alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida na escola estudada. Após o processo de identificação desses alunos, foram selecionados como amostra desse grupo para as entrevistas semiestruturadas, dois alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

A seleção dos professores participantes utilizou como critério o fator tempo de serviço, com a proposital escolha daqueles com mais tempo de efetiva docência nesta escola e de terem em suas turmas alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Também foi selecionado um dos coordenadores/orientadores pedagógicos que atuam nos turnos onde há presença de alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Por último, foi entrevistado o diretor da unidade de ensino estudada.

### **2.2.2 Caracterização dos participantes**

Como medida de preservação de identidade dos servidores, dos alunos e da escola participante, seus respectivos nomes foram mantidos em sigilo, sendo substituídos por códigos de identificação fantasia/fictícia apresentados em legenda na página 07.

### 2.2.3 Servidores participantes

Segue disposta no quadro 01 a caracterização geral dos profissionais selecionados por escola investigada:

**Quadro 01 - Caracterização dos servidores participantes**

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	GRADUAÇÃO	PÓS - GRADUAÇÃO	OUTROS CURSOS	TEMPO DE FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA
Escola M2	Professor P3	Licenciatura Plena em Biologia	Especialização em Microbiologia	Não apresenta	14 anos	10 anos
	Professor P4	Licenciatura Plena em Educação Física	Não apresenta	Não apresenta	04 anos	17 anos
	Coordenador C2	Licenciatura Plena em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia	Pró-Letramento	16 anos	10 anos
	Diretor D2	Bacharelado em Administração	Não apresenta	Pró-Gestão Escolar	30 anos	12 anos

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

### 2.2.4 Alunos participantes

Disposta no quadro 04 é apresentada a caracterização dos alunos participantes da escola estudada:

**Quadro 02 - Caracterização geral dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida participantes**

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS	IDADE	GÊNERO	SÉRIE/TURNO	TIPO DE DEFICIÊNCIA	LAUDO MÉDICO
Escola M2	ALUNO A3	24 anos	Feminino	3º Ano A Matutino	Mobilidade reduzida	Sim
	ALUNO A4	17 anos	Masculino	1º Ano B Matutino	Mobilidade reduzida	Não

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

### 3. Análise dos dados e apresentação dos resultados

Para o exame dos dados, apresentação dos resultados e das discussões da presente investigação, foi realizada a abordagem de categorias e subcategorias de análise, estabelecidas a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2004), de maneira conjunta, das entrevistas semiestruturadas dos atores participantes. Para tanto utilizou-se a técnica da Análise Categrorial, uma das formas de interpretação de comunicação dentro da Análise de Conteúdo. O uso dessa técnica permitiu o desmembramento dos textos das entrevistas em seis categorias e nove subcategorias de análise apresentadas detalhadamente nos ítems a seguir:

#### 3.1 Condições de acessibilidade físico-arquitetônicas da escola

Para facilitar a leitura, segue abaixo legenda com códigos de identificação dos participantes entrevistados da escola investigada:

##### Legenda:

**A:** Alunos/as (identificados por: A3 e A4).

**P:** Professores/as (identificados por: P3 e P4).

**C2:** Coordenador Pedagógico.

**D2:** Diretor Escolar.

**M2:** Escola investigada.

**PES.:** Pesquisador.

#### 3.2 Categoria 1: Condições de acessibilidade apresentadas pela escola aos alunos com deficiência física

A construção da Escola M2 foi iniciada em novembro de 2004, cinco meses após entrar em vigor a norma NBR 9050/ABNT, elaborada pela Comissão de Edificações e Meio (ABNT, 2004), tendo sua conclusão em 2006. Fez parte do extinto Projeto Alvorada, da Presidência da República, lançado em 2001 e baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse projeto apresentou como proposta estabelecer condições para reduzir a pobreza e as desigualdades regionais no Brasil. Foram incluídos nesse programa 14 estados das regiões Norte e Nordeste, entre eles o Pará que teve 99 de seus 143 municípios beneficiados por suas ações (Ministério da Assistência e Promoção Social, 2001).

O prédio da Escola M2 corresponde a uma construção de piso único, dotado de três blocos:

- Bloco 1 - Administrativo e Pedagógico integrados;
- Bloco 2 – Salas de aula e laboratórios;
- Bloco 3 – Refeitório e quadra esportiva.

##### ● Subcategoria 1: Condições de acessibilidade do portão de entrada para as salas de aula - Rota 1

A construção da Escola M2 se deu em um terreno localizado entre duas avenidas de diferentes condições de tráfego de veículos. Seu portão

principal, por onde ocorre a entrada e saída de alunos e funcionários, foi disposto para a via de maior fluxo, num visível erro de localização já que é recomendado pela norma a disposição do portão para passagem de pessoas em vias de menor movimento (NBR 9050/2004) e não o oposto disso.

A sua calçada está ligada à rua por uma rampa de 1,2 metros de largura, de piso áspero e bem conservado, com inclinação de 10%. Esse rebaixamento permite a concordância entre os níveis da rua, com a calçada (ABNT, 2004), portanto acessível ao uso por pessoas em cadeira de rodas (P.C.R.), de acordo com as normas que tratam desse assunto. Seu portão principal apresenta abertura dupla do tipo “duas folhas”, com vão livre de 87 centímetros de largura para cada folha, acima dos 80 centímetros mínimos recomendados em norma (Audi; Manzini, 2006).

A largura do corredor é de 1,75 metros e a distância do portão até o bloco de salas de aula é de 50 metros, percorridos em dois tipos de piso: os primeiros 40 metros apresentam piso áspero e os 10 metros finais, do corredor até a primeira sala, apresentam piso liso do tipo granilite polido.

As portas das salas são de madeira do tipo “vaivém”, com passagem e vão livre de 90 centímetros, um pouco acima dos 80 centímetros mínimos exigidos. No entanto, não contam com visor e proteção frontal contra colisões. Além disso, todas as seis portas estavam sem maçanetas no momento da visita de campo.

Para o professor identificado pelo código P3, essa primeira rota da Escola M2 apresenta razoável acessibilidade. O relato de entrevista abaixo demonstra isso:

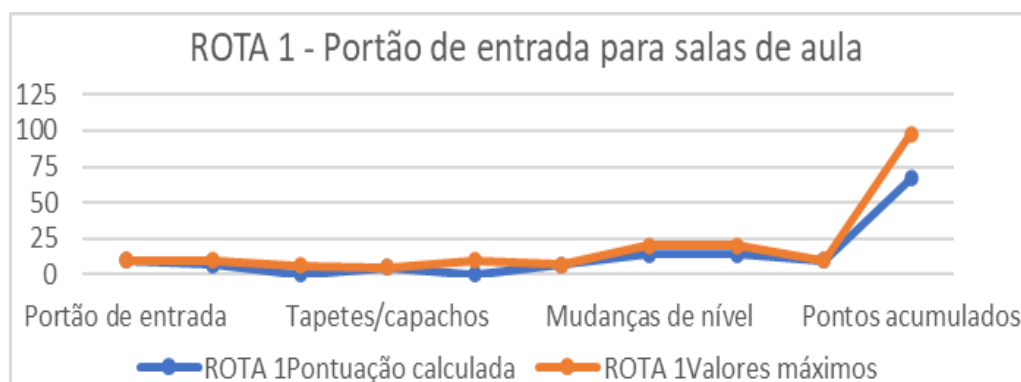
*P3: É (+) o caminho tem acessibilidade razoável (+) como posso dizer? O portão é bem largo e o piso desse corredor é plano e não é liso (+) quer dizer (+) não nele todo/ acho que isso ajuda pra quem usa cadeira de roda (+) embora a gente não tenha alunos cadeirantes nesse ano.*

Opinião parecida com a do professor P3 é apresentada no relato abaixo, dado pelo aluno A4, que apresenta mobilidade reduzida causada por atrofia congênita dos membros superiores e inferiores do lado esquerdo de seu corpo. Ela descreve, no trecho selecionado de sua entrevista, o caminho que faz do portão de entrada da escola até a sala de aula:

*A4: Eu não tenho dificuldade em fazer esse caminho até::é minha sala não. Minha deficiência é leve (+) mas não é só por causa disso que acho fácil (+) acho fácil por acho perto (+) e não tem degrau. Podia ser melhor se não tivesse umas motos estacionadas no caminho (+) mas como esse corredor é bem largo (+) pra mim tá bom.*

Mesmo apresentando avaliação positiva, na opinião do professor P3 e da aluna A4, o nível de acessibilidade dessa rota não corresponde ao ideal, como pode ser visto no gráfico que segue:



**Gráfico 01 - Rota 1**

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2019.

Entre os principais problemas de acessibilidade identificados na Rota 1, estão, além do uso do corredor como estacionamento de motocicletas, a ausência dos principais tipos de sinalização e a falta de grelhas de proteção para as valetas de captação de águas pluviais, recomendados pela norma NBR 9050, como descrito em trecho de diário de campo:

*Não há entre o portão de entrada da escola M2 e as suas salas de aula sinalização alguma, seja ela horizontal, vertical, sonora, visual ou tátil. Me parece um item importante a ser destacado visto que a ausência de sinalização compromete o nível de acessibilidade (Trecho de diário de campo do dia 17/09/2019).*

Sobre os tipos de sinalização para espaços em edificações, mobiliário e equipamentos urbanos ausentes nessa rota da Escola M2, a tabela a seguir traz as recomendações da norma técnica NBR 9050:

**Quadro 03 - Aplicação e formas de comunicação e sinalização**

		Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	X	X	
	Direcional	X	X (no piso)	
	De emergência	X	X	X
	Temporária	X		
Mobiliário	Permanente	X	X (no piso)	X
	Temporária	X		

Fonte: ABNT NBR 9050/04.

Para essa rota, o PAAE estabelece como pontuação máxima 98 pontos. Destes, 75 pontos foram alcançados pela somatória dos itens avaliados, 23 pontos a menos da pontuação considerada ideal. Tal fato dá a essa rota condição insuficiente de acessibilidade para alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

• **Subcategoria 2: Condições de acessibilidade das salas de aula para a quadra de esportes - Rota 2**

As condições de acessibilidade da Rota 2 são muito parecidas com as da rota anterior. Tendo como referência as primeiras salas do bloco, ao saírem destas os alunos começam o caminho por um corredor de 2,5 metros de largura por 10 metros de comprimento, com piso liso (granilite polido).

Passando por essa primeira parte, segue-se por um corredor externo com largura de 1,75 metros e extensão de 20 metros com piso áspero. Vencidos esses 20 metros, tem início uma longa rampa de 2,5 metros de largura por 7,25 metros de comprimento. Nos cálculos de inclinação essa rampa apresentou 12%, atingindo quase o limite máximo tolerado de 12,5% para locais onde as possibilidades de reformas e adaptações já tenham sido esgotadas. Detalhe importante é que essa rampa não passou por reformas desde a inauguração da escola. Seguindo essa lógica, a rampa encontra-se fora dos padrões de acessibilidade para um prédio que ainda não foi submetido a reformas. O relato abaixo traz a análise das dificuldades dessa rota, feito pelo aluno A3, que apresenta mobilidade reduzida resultante de atrofia congênita dos membros inferiores dos lados direito e esquerdo de seu corpo:

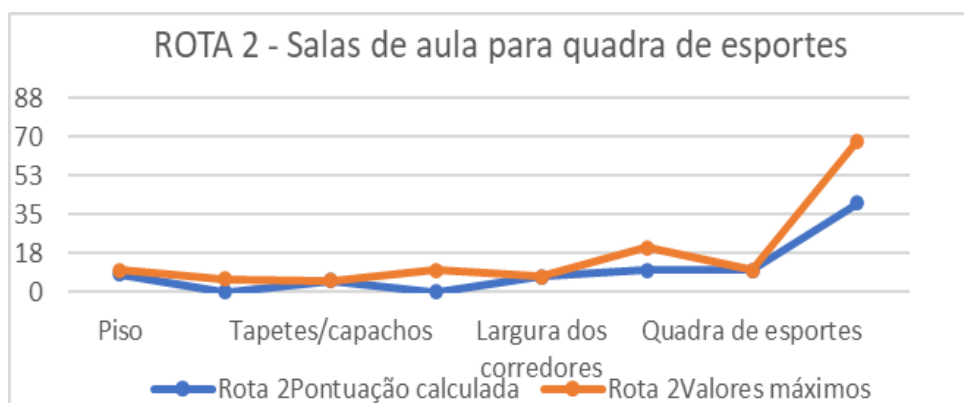
*A3: Eu dou conta de fazer o trajeto sem muita dificuldade (+) ma::s (+) tem uma rampa muito grande e sem apoio (+) se::m (+) como é? (+) Sem corrimão (+) como eu tenho essa dificuldade de andar (1,0) era bom se tivesse um corrimão ali pra me apoiar.*

Segundo ele, o caminho é não é considerado difícil, porém ele cita a ausência de corrimão na estrutura de rampa. Contrariando as determinações da NBR 9050/04, essa rampa que leva até a quadra, além de não apresentar a inclinação adequada, não cumpre a orientação de ser dividida em sua extensão longitudinal por corrimão do tipo intermediário, fato que ratifica sua inadequação às normas de acessibilidade.

Além da inadequada inclinação e da falta de corrimão intermediário na rampa, esse caminho não conta com sinalização e é margeado por valetas sem proteção por grelhas, por exemplo. No trecho de entrevista abaixo, o professor relata as dificuldades enfrentadas pelos alunos para chegar até a quadra:

*P4: Olha, pra chegar até a quadra da escola a maior dificuldade é a rampa. (...) é é: esse trajeto que eles fazem entre a sala de aula e a quadra é longo e complicado para quem é deficiente (+) além disso a quadra não tem arquibancada e nem lugar pra colocar cadeira de rodas/ tinha que ter corrimão, um corrimão longo.*

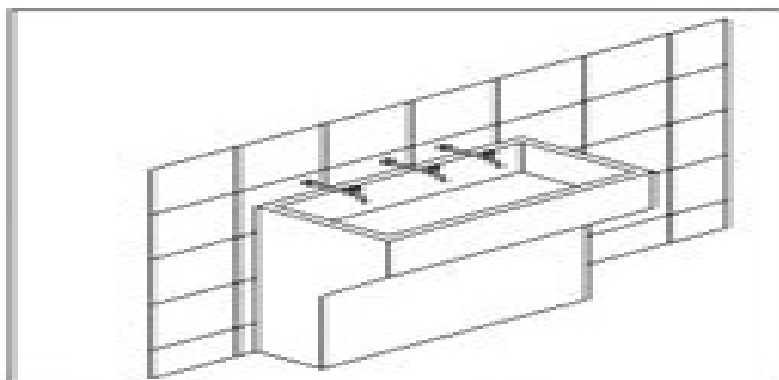
O relato do professor P4 reforça o depoimento dado pelo aluno A3. Ele destacou ainda a falta de arquibancadas e de um lugar apropriado na quadra para cadeiras de rodas. O gráfico a seguir mostra a avaliação dessa rota feita com a utilização do PAAE:

**Gráfico 02 - Rota 2**

Por essa avaliação, foi confirmada a inadequada acessibilidade dessa rota. Dos 68 pontos considerados como nota ideal para esse caminho, foram alcançados na somatória final baixos 40 pontos, evidenciando que muito deve ser feito para dotá-lo da acessibilidade adequada, que garanta atendimento universal aos alunos com deficiência física (ABNT, 2004), sobretudo o direito de por ela se locomover com segurança e autonomia (Gomes, Ficagna, 2017).

- **Subcategoria 3: Condições de acessibilidade das salas de aula para o bebedouro - Rota 3**

A Rota 3, caminho que liga as salas de aula ao bebedouro, corresponde a um vão aberto de 5 metros de comprimento e pelos mesmos 5 metros de largura, ligado diretamente ao bloco de salas. Seu piso é liso (granilite polido) e não há sinalização nesse curto caminho. Ao seu final, localizado entre as portas dos dois banheiros desse bloco, está o bebedouro. Trata-se de um equipamento de altura única com base recuada, fabricado em aço inox e composto por 4 torneiras, numa estrutura semelhante à da figura abaixo:

**Figura 01 - Bebedouro de alvenaria de base única**

Fonte: Audi; Manzini, 2006.

A ausência de altura dupla e barra de apoio que permita a aproximação e uso seguro por alunos cadeirantes, torna esse equipamento inadequado às normas de acessibilidade (Audi; Manzini, 2006). De acordo o relato do aluno A3, o caminho não apresenta grandes dificuldades para que seja realizado, mas o equipamento bebedouro propriamente dito apresenta problemas como o não funcionamento de todas as torneiras e vazamentos de água que tornam o piso de granilite polido ainda mais escorregadio:

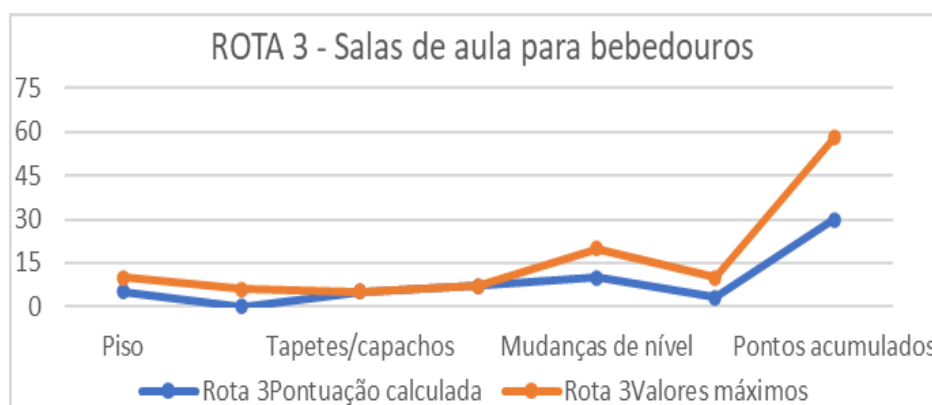
*A3: Tem só um. Consigo usar sem dificuldade (+) olha (+) o bebedouro fica pertinho da minha sala e das outras salas também/ só acho que deveriam trocar por um bebedouro novo (+) pois esse tem muito vazamento e o piso fica todo molhado e liso.*

Pisos molhados e/ou escorregadios são uma das principais causas de escorregões e conseqüentemente de quedas (CIPA, 2011), fato que pode colocar em risco a integridade física dos alunos que diariamente fazem esse caminho. Trecho do diário de campo do pesquisador confirma a situação apresentada pelo bebedouro:

*O estado de conservação do bebedouro é ruim. Das 4 torneiras, apenas 3 funcionam e há muito vazamento de água, que vai direto para o piso. A torneira que não funciona fica amarrada como uma corda (Trecho de diário de campo do dia 19/01/2019).*

A aplicação do PAAE sobre os itens que compõe a Rota 3, evidenciam o seu baixo nível de acessibilidade, conforme mostrado o gráfico que segue:

**Gráfico 03 - Rota 3**



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2019.

Para essa rota, a nota máxima estabelecida pelo protocolo é 58 pontos. Destes apenas 30 pontos foram atingidos ao final do caminho, ratificando os problemas de acessibilidade mencionados pelos trechos de entrevista e de diário de campo.

• **Subcategoria 4 – Condições de acessibilidade das salas de aula para os banheiros: Rota 4**

Basicamente é o mesmo caminho descrito pela rota anterior: um vão aberto de cinco metros de comprimento e de mesma largura, ligado diretamente ao bloco de salas, com piso liso (granilite polido) e sem qualquer tipo de sinalização. Neste vão estão localizados os dois primeiros banheiros.

As portas principais de acesso aos banheiros masculino e feminino apresentam adequada largura de 90 centímetros, porém possuem um desnível em ângulo reto de 1,2 e 1,5 centímetros de altura respectivamente, formando um pequeno degrau que compromete a acessibilidade para quem faz uso de cadeira de rodas. Também não dispõe de maçanetas e proteção contra impactos. Dentro dos banheiros o piso liso do tipo cerâmico.

Os banheiros são formados por quatro boxes de alvenaria, com vasos sanitários. As portas dos boxes são estreitas, com 78 centímetros de largura e não há boxe adaptado para alunos que fazem uso de cadeira de rodas.

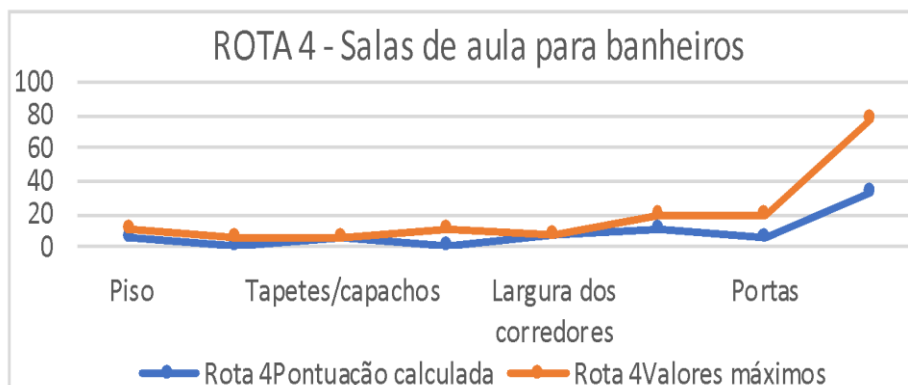
Para o aluno A3, ouvido em entrevista, a rota em si não apresenta dificuldade, mas ressaltam algumas questões que consideram como problemas nos banheiros:

*A3: Olha (+) pra mim esse caminho é fácil e não encontro problema para fazer. Pra mim o problema na falta de limpeza e por não ter papel higiênico pra nós alunos (+) o cheiro dos banheiros é muito forte e ruim (+) incomoda muito.*

Por ser um aluno com mobilidade reduzida, ele não encontra tanta dificuldade no percurso da rota ou mesmo para fazer uso do banheiro e de seus equipamentos. Todavia, ele cita alguns problemas apresentados pela rota, como por exemplo, a limpeza ineficiente, a falta de papel higiênico e problemas com a pia. Não são considerados problemas de acessibilidade, mas impedem que esses banheiros permitam o uso ao qual se propõem.

Na verdade, o banheiro adaptado tem funcionado como banheiro de serviço, atendendo basicamente os funcionários da cantina e aqueles responsáveis pela limpeza da escola M2. O gráfico a seguir mostra a avaliação dessa rota, feita com base no PAAE:

**Gráfico 04 - Rota 4**



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2019.

A avaliação realizada a partir do uso do protocolo mostra que a Rota 4 está bem distante do considerado ideal dentro dos parâmetros de acessibilidade. Dos 78 pontos máximos estabelecidos para esse caminho, foram alcançados baixíssimos 33 pontos, somatória que equivale a menos da metade de pontos para que essa rota fosse considerada acessível.

- **Subcategoria 5 – Condições de acessibilidade das salas de aula para a sala de vídeo: Rota 5**

O caminho que dá acesso à sala de vídeo é relativamente curto. Saindo do bloco de salas, os alunos passam pelo vão onde estão localizados os banheiros masculino e feminino e o bebedouro. Seguem por um corredor de 2,5 metros de largura por 12 de comprimento e de piso liso (granilite polido) até chegarem à sala. Nesse trajeto não há sinalização, nem mesmo uma simples identificação para a sala de vídeo.

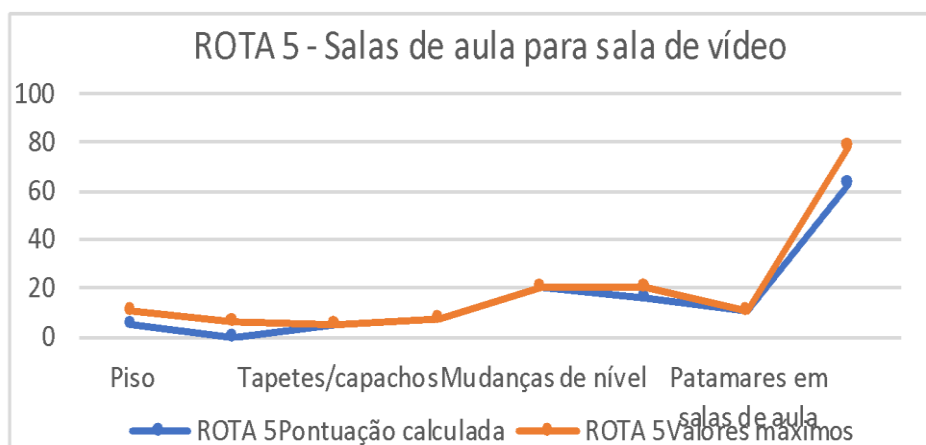
Chegando a esse ambiente, nota-se que sua porta possui batente plano, maçaneta do tipo alavanca, mas não possui material resistente a impactos. Sua largura é de 90 centímetros, número que permite a passagem de cadeiras de rodas. O relato abaixo, do aluno com mobilidade reduzida A3, mostra sua opinião sobre esse trajeto:

*A3: O caminho para a sala de vídeo não tem complicação não (+) é bem tranquilo de fazer/ eu saio da minha sala e e e ando pouco até chegar (+) o que acho as vezes perigoso é quando o piso tá molhado por causa da água que escorre do bebedouro.*

Embora seja considerado por ele um caminho relativamente fácil, o aluno A3 relata uma situação que compromete a segurança dos que caminham por essa rota: o piso escorregadio, em função da água que desce pelo bebedouro. A informação do diário de campo dá ênfase ao relato do aluno A3:

*O bebedouro apresenta um considerável vazamento numa de suas torneiras. O seu cocho tem uma perfuração que deixa a água acumulada vazar. A água que desce vai direto para o piso, deixando este molhado em todo o vão onde banheiro e bebedouros estão localizados (Trecho de diário de campo do dia 19/01/2019).*

Do ponto de vista estrutural, o principal obstáculo apresentado por essa rota é o seu piso liso, comprometido ainda pela água que desce do bebedouro e pela ausência de sinalização. São detalhes importantes que rebaixam o nível de acessibilidade desse caminho. O gráfico abaixo traz a avaliação dessa rota por meio da utilização do PAEE:

**Gráfico 05 - Rota 5**

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2019.

Mesmo com a falta de piso antiderrapante e de sinalização, essa é a rota com melhor avaliação e conseqüentemente maior nível de acessibilidade, no conjunto de rotas avaliado até aqui. Dos 78 pontos máximos, essa rota atingiu 63 pontos, somatória que ainda a deixa numa condição de relativa inadequação.

- **Subcategoria 6 – Condições de acessibilidade das salas de aula para a secretaria: Rota 6**

Esse caminho apresenta grande semelhança em relação a rota 1, do portão de entrada para as salas de aula, mas feito no sentido oposto. Isso porque a secretaria da escola M2 fica localizada muito próxima do seu portão de entrada. O aluno A4 descreve em seu relato, como esse caminho por ele é realizado:

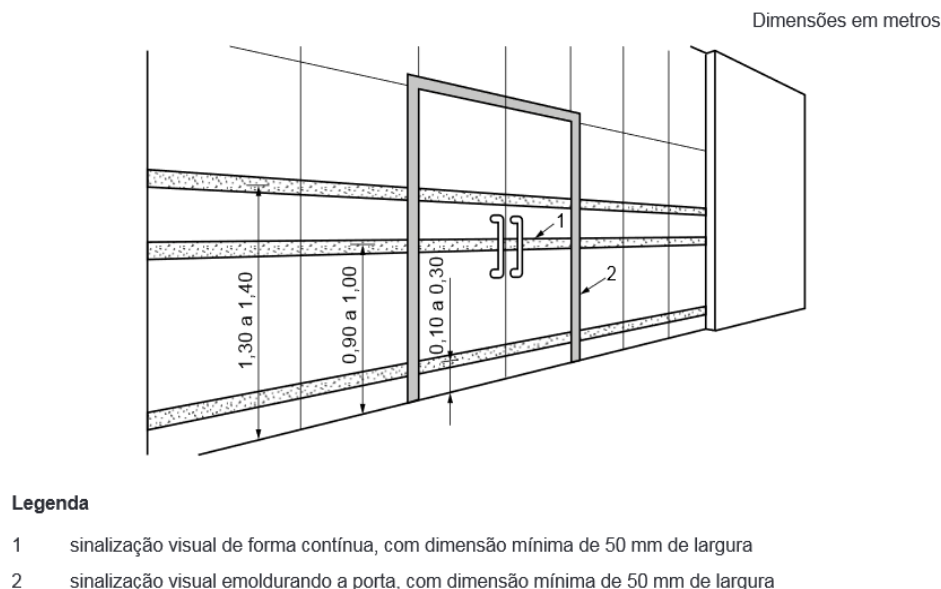
*A4: Para mim/ eu não sinto dificuldade para sair da minha sala e ir até a secretaria (+) o caminho é plano e isso me ajuda (+) quando chego lá (0,5) fico esperando o secretário me atender no balcão (+) ou então eu entro e fico esperando sentado para não me cansar ((risos)).*

Embora apresente relativa facilidade de realização na avaliação do aluno A4, a rota 6 apresenta uma série de irregularidades de acessibilidade. O caminho por ela estabelecido segue basicamente o mesmo padrão apresentado pelas primeiras cinco rotas descritas e avaliadas por essa investigação. Nesse sentido, saindo do bloco de salas, passam pelo vão livre, onde estão banheiros e bebedouro e seguem por um corredor de piso áspero, com dimensões de 1,75 metros de largura por 47 metros de comprimento. Não há sinalização nesse percurso, assim como as valetas que o margeiam não apresentam proteção contra eventuais acidentes.

Ao final do corredor descrito acima, localiza-se a secretaria da escola M2. Sua porta é envidraçada, do tipo “duas folhas”, com batente plano e capacho embutido no piso. Com medidas inferiores a 80 centímetros cada folha, sua largura não é acessível para passagem de cadeira de rodas, quando

apenas uma está aberta. Não há sinalização na estrutura envidraçada da porta que possibilite a identificação dessa barreira física pelos usuários. Nesses casos, é recomendado a colocação de faixa visual emoldurando-as, com tamanho mínimo de 50 milímetros de largura ou outra forma de sinalizar o local de passagem, de acordo com a figura 02, que segue:

**Figura 02 - Modelo de porta de vidro acessível**



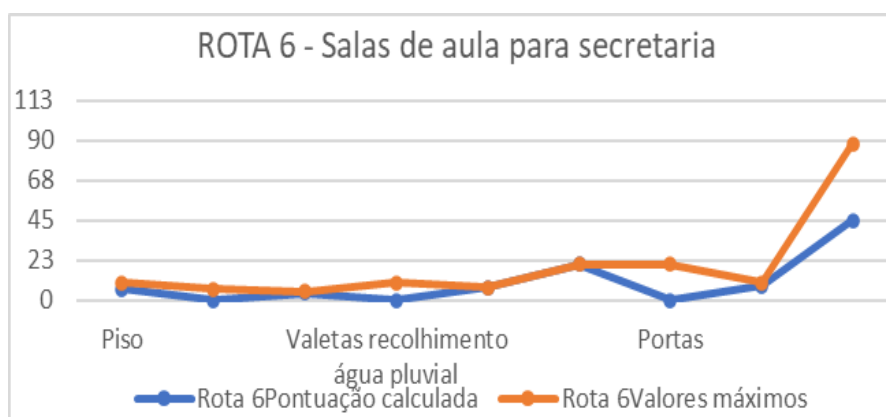
Fonte: ABNT, 2004.

Sem a sinalização recomendada, existe o perigo de colisão e de danos a integridade física dos usuários. Outro detalhe que deve ser levado em consideração é a ausência de maçaneta para abertura da porta, verificado no momento da visita, como descrito em diário de campo:

*A porta de acesso à secretaria estava sem maçaneta para abertura. Também não contava com outro tipo de puxador acessível. Havia uma tranca improvisada feita com corrente e cadeado (Trecho de diário de campo do dia 19/09/2019).*

A secretaria conta com um balcão de atendimento de altura única, sem rebaixamento e sem área de aproximação para cadeira de rodas. Todas essas características citadas tornam essa rota de baixa acessibilidade para o uso por alunos e demais usuários com deficiência física ou com mobilidade reduzida, principalmente para os que se locomovem com uso de cadeira de rodas. Para esses alunos, que vez ou outra precisam que se deslocar até a secretaria da escola M2, ir até esse espaço constitui um difícil desafio, além dos muitos já citados nas outras rotas descritas neste trabalho. Isso implica diretamente na imprescindível segurança e autonomia, não asseguradas por essa rota, fato que demonstra a urgência por mudanças em sua estrutura arquitetônica (De Paula; Baleotti, 2011), para que os alunos com deficiência possam ter um acesso seguro a ela. A avaliação feita com a aplicação do PAAE, reforça essa classificação de baixa acessibilidade:



**Gráfico 06 - Rota 6**

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2019.

Dos 88 pontos estabelecidos como ideias para esse caminho, baixos 45 foram alcançados, ou seja, um pouco acima da metade da pontuação ideal. Assim como as demais rotas já descritas e avaliadas, esse caminho não apresenta o nível de acessibilidade adequada para alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Na Escola M2 os itens: sinalização, valetas, mudanças de nível e portas, foram também os que apresentaram as maiores brechas entre o nível considerado ideal e o resultado colhido para cada item avaliado. Essa informação destaca esses itens, na Escola M2, como os de menor nível de acessibilidade, de acordo com as determinações presentes em normas vigentes. Outros itens avaliados apresentam níveis satisfatórios de adequação físico-arquitetônica, embora isso não garanta a acessibilidade exigida para os alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

#### • **Subcategoria 7: Condições de acessibilidade dos mobiliários/equipamentos da escola**

A inadequada acessibilidade do espaço físico escolar é, seguramente, um dos principais entraves encontrados pelos alunos com deficiência física (Machado, 2007) para a sua permanência na escola. Por não se enquadrarem no padrão de “normalidade” estabelecido, esses alunos acabam tendo sua autonomia relativizada pelo espaço físico e pelos equipamentos e mobiliários, daí a necessidade de móveis e equipamentos adequados para o uso por esses alunos.

Dentro da análise dessa subcategoria e das anteriores, por meio da avaliação do conjunto das seis rotas, foi possível perceber as condições de acessibilidade (ou ausência destas) apresentadas pelo mobiliário e pelos equipamentos da Escola M2. Foram identificadas inadequações de itens submetidos à avaliação e até mesmo a inexistência destes em determinados ambientes e espaços. É o que indica abaixo, o trecho de entrevista de um dos docentes da Escola M2:

P4: *Olha (+) os móveis da sala de aula são todos do mesmo padrão e não tem nenhum móvel adaptado (+) se tivéssemos*

*alunos cadeirantes na escola seria difícil para eles sem uma mesa própria pois nem nas salas de aula (+) nem na de vídeo o aluno cadeirante tem móveis para eles.*

Por exemplo, o mínimo de 1% do número total de mesas individuais, com exigência de uma para cada duas salas de aula, recomendado pela NBR 9050, não está garantido em nenhuma das seis salas de aula da Escola M2, ou mesmo na sala de vídeo. Nesse ambiente, os móveis são os mesmos das salas de aula: mesas e cadeiras. Sem a acessibilidade necessária para esses móveis, o alinhamento e a estabilidade postural dos alunos com deficiência podem ficar comprometidos. Essa questão é fundamental para que esses alunos possam realizar suas atividades (Piovezanni; Rocha; Braccialli, 2014), com o mínimo de conforto esperado.

Situação ainda pior foi identificada no refeitório. Esse espaço não dispõe de mesas, cadeiras ou bancos que possam ser usados pelos alunos com e sem deficiência. Nem mesmo bebedouro existe no refeitório da Escola M2. O relato abaixo ilustra um pouco dessa realidade:

*P4: dá vontade de rir ((risos)) pois não tem móveis na cantina (+) nem móveis normais nem adaptados e nem um bebedouro básico tem ali/ é muito triste (+) mas é verdade (+) eles têm que comer sentados nas calçadas do jeito deles.*

Essa descrição, dada acima pelo professor P4, é confirmada pela anotação em diário de campo do pesquisador que faz descrição parecida desse espaço:

*P4: O espaço do refeitório é consideravelmente amplo, porém não apresenta qualquer tipo de mobília. Não existem mesas ou bancos onde alunos possam sentar e usar durante as refeições, nem os ditos normais, nem adaptados ao uso por alunos com deficiência. O impressionante é que nem bebedouro tem nesse ambiente.*

De acordo com a análise feita a partir dessa subcategoria, pode-se perceber que mobiliários e equipamentos da Escola M2 não apresentam o nível de acessibilidade ideal, comprometendo sobremaneira o conforto e a segurança de uso, principalmente para os alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

### **3.3 Categoria 2: Acolhimento prestado na escola aos alunos com deficiência física**

Em relação a essa categoria, os relatos de entrevista exibidos a seguir, destacam as ações desempenhadas pelos servidores da Escola M2, na tentativa de assegurar um ambiente acolhedor para que seus alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida possam realizar suas tarefas:

*C2: a questão do acolhimento é importante, tanto quanto a questão de condições para que esse aluno possa (+) né? se sentir incluído na escola. Então (+) o aluno que não se sente acolhido e não se sente é (+) confortável na escola para*

*desenvolver suas tarefas mínimas básicas, com certeza desestimula esse aluno que acaba desistindo.*

Além das tentativas e dos esforços para permitir que o ambiente escolar apresente o mínimo de conforto, os servidores buscam também construir uma escola livre de formas de discriminação e preconceito. O relato abaixo dado pelo diretor da Escola M2, mostra essa preocupação:

*D2: a gente atende aos alunos, né, mas que precisa melhorar, precisa/ do nosso jeito a gente busca acolher a todos eles sem distinção (+) sem perguntar se é deficiente ou não (+) se a acessibilidade não é a melhor (+) a gente tem que buscar acolher bem.*

Mais do que somente buscar garantir o acesso aos alunos com deficiência, através da matrícula, pode-se perceber a preocupação demonstrada pela Escola M2 e por seus servidores em estimular a permanência de seus alunos, numa tentativa de superação das limitações de acessibilidade. Essa importante categoria possui estreita relação e interdependência com as próximas que aqui serão descritas e analisadas.

### **3.4 Categoria 3: Mediação entre servidores e alunos sem deficiência com alunos com deficiência física**

A categoria 3, mediação entre servidores e alunos sem deficiência para com alunos com deficiência física, apresenta forte relação com a categoria anterior, principalmente no que tange à mediação entre servidores e alunos como deficiência, como pode ser constatado a partir da análise da primeira subcategoria que segue abaixo.

#### **• Subcategoria 1 – Mediação entre servidores e alunos com deficiência física nas ações da rotina escolar**

O relato abaixo expressa bem essa mediação ou interação entre servidores e alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida dentro da rotina da Escola M2, e é justamente essa subcategoria que estabelece elo mais estreito com a categoria 2, que corresponde ao tipo de acolhimento oferecido a esses alunos:

*P3: Eu procuro organizar bem o espaço da sala em minha aula teórica e isso já ajuda bastante quem tem deficiência (+) eu tento deixar a sala um espaço por onde possam se movimentar (+) no caminho para a quadra vez ou outra eu ajudo os meus dois alunos que tem (+) é (+) mobilidade reduzida.*

São ações como essas que contribuem para tornar o ambiente da sala de aula, e da escola como um todo, mais acolhedor e colaborativo (Capellini; Lopes, 2013). Nesse contexto, essa mediação entre os servidores, principalmente professores com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida, desempenha papel importante dentro

do processo de inclusão. Dependendo da maneira como essa mediação é realizada, a aprendizagem pode se tornar mais fácil ou mais difícil.

● **Subcategoria 2 - Mediação entre alunos sem deficiência e alunos com deficiência física nas ações da rotina escolar**

A mediação entre os alunos com deficiência com aqueles alunos que não apresentam deficiência e vice-versa, mostra-se como um fator importante para o ensino inclusivo. Por essa interação pode-se esperar uma melhor inserção desses alunos nos grupos estabelecidos dentro da escola, minimizando o preconceito e as diferentes formas de discriminação. Assim, pertencer a um grupo passa a ser compreendido como um fator para melhorar também a aprendizagem e a percepção do aluno como sujeito atuante dentro de seu grupo (Araújo *et al.*, 2013). O relato do coordenador da Escola M2 mostra como ocorre essa mediação, interação ou mesmo auxílio que é prestado pelos alunos sem deficiência, para com aqueles que apresentam algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida:

*C2: os colegas ajudam sempre que é preciso (+) eu lembro que quando a gente tinha um aluno amputado no ano passado (+) os alunos interagem muito com ele/ eles eram solidários com a situação dele/ essa interação pode ajudar inclusive na aprendizagem e estimula aquilo que a pedagogia chama de cooperação/ hoje essa interação continua com nossos alunos com dificuldade de locomoção e (+) você nota uma diminuição até mesmo do preconceito entre eles.*

A escola que se propõe a ser inclusiva deve permitir com que seus alunos com deficiência aprendam a atuar e a interagir com os demais alunos. Com isso, à proporção que essa convivência em ambientes inclusivos se desenvolve, maiores são as possibilidades de estabelecimento de novas habilidades e competências de comunicação e cognitivas (Stainback; Stainback, 1999). Isso parece ser algo que vem sendo estimulado e visto dentro da Escola M2.

**3.5 Categoria 4: Relação entre condições de acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência na escola**

A análise dessa categoria, realizada com base no relato de uma das professoras, explicita a percepção desta sobre a relação que há entre a acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência na escola:

*P4: Interfere sim (+) pois é é é difícil pra um aluno com deficiência (+) continuar numa escola onde ele não se sente bem (+) aí ele acaba desistindo/ aí eu pergunto: como permanecer em um ambiente onde a gente não se sente bem? Na outra escola onde trabalho uma aluna cadeirante acabou desistindo anos atrás por causa da falta de acessibilidade na escola.*

Para a professora P4 a acessibilidade, ou a ausência desta, estabelece influência direta no sucesso ou no fracasso escolar do aluno com deficiência. O

nível de acessibilidade da escola M2 está distante do ideal, por isso mesmo percebe-se o empenho dos professores e demais servidores em amenizar os efeitos negativos desse baixo nível de acessibilidade.

### **3.6 Categoria 5: Formação dos professores para o atendimento aos alunos com deficiência física no contexto da Educação Inclusiva**

Essa categoria formação dos professores é apontada como fator necessário para uma efetiva inclusão dos alunos com deficiência. Isto porque o professor é considerado, talvez, o mais relevante ator no contexto escolar, dada a sua proximidade com os alunos. Nesse sentido, a ausência de formação para os docentes, seja ela inicial ou continuada, passa a constituir um outro grande desafio a ser superado (Araújo *et al.*, 2013), além das questões relacionadas diretamente à estrutura físico-arquitetônica da Escola M2. O relato abaixo, da professora P4, evidencia bem a ausência de formação para o atendimento a esse grupo de alunos e enfatiza a importância desta para o atendimento inclusivo:

*P4: Nessa escola nós professores não temos formação adequada para trabalhar com alunos com deficiência (+) ao menos eu não tenho e acredito que::e os demais também não tem (+) e olha que em quase toda reunião eu vejo colegas reclamando e cobrando da direção uma formação continuada para isso (+) a coordenadora pedagógica me disse que já pediu à regional (+) mas até agora nada e essa formação é fundamental.*

No âmbito da educação inclusiva, a formação docente deve apresentar, entre suas características principais, uma maior articulação entre a teoria e a prática. Deve reconhecer e valorizar a diversidade da inclusão, buscando sempre produzir uma visão crítica sobre as características individuais de cada educando (Melo; Pereira, 2013). Além disso, deve buscar desenvolver novas habilidades e competências docentes (Honorino; Carvalho; Almeida, 2017), sobretudo levando em consideração as novas demandas do trabalho inclusivo.

### **3.7 Categoria 6: Diálogos sobre acessibilidade na escola entre alunos com deficiência física e servidores**

O diálogo entre alunos e funcionários constitui peça fundamental para a concretização de um modelo de escola aberta e, sobretudo, democrática. Essa interação evidencia o quanto o crescimento intelectual destes, está condicionado à base social que se estabelece dentro do contexto escolar (Escorcio, 2008). No entanto, o que se verifica na Escola M2 é uma completa escassez destes diálogos, envolvendo os profissionais da escola e seus alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida, como demonstra o relato que segue:

*D2: Aqui, este ano não conversei ainda, porque é é/ nesse ano esse público de mobilidade reduzida e de alunos com deficiência física é pequeno (+) talvez por isso não/ mas*

*mesmo a escola não tendo a melhor das acessibilidades (+)  
mesmo assim eles não conversaram desse assunto comigo.*

O relato exposto acima, mostra que o diálogo entre servidores e alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida não é uma realidade na Escola M2. Para corrigir esse grave problema gestores, professores, coordenadores/orientadores pedagógicos e demais profissionais da escola, precisam pensar no diálogo como requisito básico para a inclusão, para que todos possam se responsabilizar por ela e é nesse sentido que deve caminhar a Escola M2.

#### 4. Considerações finais

A aplicação do protocolo, das entrevistas semiestruturadas e o uso das informações do diário de campo do pesquisador possibilitou estabelecer uma completa análise das condições de acessibilidade de cada uma das rotas avaliadas na Escola M2, incluindo avaliação dos equipamentos e dos mobiliários presentes nesses caminhos. Nesse contexto, foram identificadas diversas irregularidades, desde a não disponibilidade de móveis e equipamentos adequados nas salas de aulas e demais ambientes e espaços escolares, até o baixo nível de acessibilidade das rotas e a ausência de banheiros dotados de correta acessibilidade. Além disso, foi observada a ineficiente formação inicial e continuada de professores e demais profissionais da escola para o atendimento aos alunos com deficiência.

Partindo dessa pormenorizada avaliação, a pesquisa demonstrou que a Escola M2 não apresenta nível adequado de acessibilidade, necessária para atender com eficiência e eficácia às necessidades dos alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida, embora alguns itens avaliados em cada rota estejam em conformidade com a norma técnica NBR-9050.

Em virtude dessa conclusão, o estudo recomenda à Escola M2, que busque solução, junto aos seus órgãos mantenedores, para a adoção de ações e/ou estratégias que garantam a acessibilidade físico-arquitetônica necessária ao atendimento dos alunos e demais membros da comunidade escolar que dela necessitem. A adequação das rotas, além da aquisição de equipamentos e mobiliários com acessibilidade, e investimentos em cursos de formação aos profissionais da escola, mostram-se urgentes para garantir o nível adequado de acessibilidade à Escola M2.

#### Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma NBR 9050, Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.** Rio de Janeiro, 2004.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de *et al.* Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, Vitória, ES, v.15, n. 3, p. 53-61, jul./set. 2013.

AUDI, Eloísa Mazzini Miranda; MANZINI, Eduardo José. **Protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas do ensino fundamental:** um guia para gestores e educadores. 1ª Ed. Marília: ABPEE, 2006, 118p.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília – DF, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2004.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; LOPES, Jessica Fernanda. **Educação Inclusiva em questão:** análise da interação e infraestrutura de uma escola. XI Congresso Nacional de Educação, Curitiba - PR, nov. 2013.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal:** um conceito para todos. Instituto Mara Gabrilli. São Paulo – SP, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 176p.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, 296p.

CIPA. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – (USCS, 2011).

DE PAULA, Ana Flávia Marostegan; BALEOTTI, Luciana Ramos. Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência Física: Contribuições da Terapia Ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos -SP. v. 19, n. 1, p. 53-69, 2011.

ESCÓRCIO, Daniele Macêdo. IV Seminário Municipal de Professores do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Vitória da Conquista – BA, 2008.

FALKEMBACH, Elza Maria F. **Diário de campo:** um instrumento de reflexão. *In:* Contexto e educação. Ijuí, RS. 1987. v. 2.

GOMES, Elisângela Ferreira; FICAGNA, Rosilei Gugel. **Acessibilidade como processo de inclusão de estudantes com deficiência física no contexto escolar.** Gov. de Sant. Catar. – Uniedu, 2017.

HONORINO, Lorena da Vitória; CARVALHO, Damila Soares de; ALMEIDA, Mariângela Lima de. **A formação continuada de profissionais da educação na perspectiva da inclusão de alunos público-alvo da educação especial em Santa Maria de Jetibá/ES.** IX Enc. Est. de Pol. e Adm. da Educ., UFES/Goiazeiras, Mar. 2017.

MACHADO, Rosângela. **Acessibilidade arquitetônica.** *In:* SCHIRMER, C. R. *et al.* Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília/ MEC/SEESP, 2007.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e acessibilidade.** Marília, SP: ABPEE, 2006a, 97p.

MANZINI, Eduardo José. **Avaliação de acessibilidade em escolas do ensino fundamental.** SBPC, 2006b, 87p.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Análise da Conversação.** São Paulo: Ática; 1986, 94p.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3.ed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004, 202p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Educação (verbete)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira -EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; PEREIRA, Ana Paula Medeiros. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 19, n.1, p. 93-106, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 2014, 416p.

MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL. **Projeto Alvorada**. Brasília - DF, 2001.

OLIVEIRA, Suze Léa Mendes Ferreira de. **Atendimento educacional especializado: experiências corporais e movimento**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.503>. Acesso em: 25 nov. 2018.

PIOVEZANNI, Marco Aurélio Teixeira; ROCHA, Aila Narane Dahwache Criado; BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido. Eficácia de mobiliário escolar adaptado de baixo custo no desempenho funcional de criança com paralisia cerebral. **Revista Educação Especial**. Santa Maria – RS, v. 27 n. 49 p. 485-498 maio/ago. 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2010, 624p.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999, 456p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987, 175p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000, 97p.

### **Contribuição dos autores**

Autor 1: Participação ativa na concepção do trabalho, escrita, desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e redação final.

Autor 2: Orientação e contribuição substancial para a concepção e análise, interpretação dos dados e revisão final.

Enviado em: 09/novembro/2021 | Aprovado em: 05/janeiro/2022

